

-----**ACTA N.º 4/2017**-----

**-----ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
PONTE DE SOR, REALIZADA NO DIA QUINZE DE SETEMBRO DO ANO DE
DOIS MIL E DEZASSETE-----**

-----Aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, e sendo vinte horas e trinta minutos, compareceram no Salão Nobre do Edifício da Escola Básica de Montargil, sito em Montargil, os (as) Senhores (as): João José de Carvalho Taveira Pinto, Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Morujo Henriques, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Senhora Maria do Carmo da Silva Fortes Soares, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, Nuno Jorge Pinto de Castro, Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, José António Pires de Matos, Fernando de Oliveira Rodrigues, Florentino Maria Lourenço, Fernando Manuel Graça d'Albuquerque, Lisete Maria Henriques Fragoso Marques, António José Vences Martins, João Maria Rosa Isidoro, António Maria Ramos Ricardo, Manuel Prates Mendes Miguel, Pedro Miguel Felisberto Oliveira, Nuno Miguel Lopes Pinheiro, Joaquim Manuel Oliveira Dias, Cláudio Miguel Graça do Nascimento Rosa Castanheira, José Manuel dos Santos, Presidente da Junta da União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açôr, Ana Rosa Nunes Alves Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Foros do Arrão, António Correia Constantino, Presidente da Junta de Freguesia de Montargil e Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Presidente da Junta de Freguesia de Galveias, eleita nas eleições intercalares daquela Freguesia, efetuadas no dia quinze (15) de janeiro de dois mil e dezassete (2017) no sentido de realizarem a sessão da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, no novo mandato deste Órgão Autárquico, eleito através do acto eleitoral para as Autarquias Locais, realizado no passado dia vinte e nove de Setembro do ano de dois mil e treze.-----

-----Faltas: Faltaram os Senhores, Manuel Martins de Matos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Longomel, Susana Isabel do Vale Martins Soeiro Delgadinho, Sebastião Marçal Simões e Joaquim Nascimento Ramos, cujas faltas foram posteriormente justificada pela Mesa.-----

-----Estiveram igualmente presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Luís Pereira Hilário e os Senhores Vereadores Francisco Manuel Lopes Alexandre,

Rogério Eduardo Correia Silva Alves, Luis Manuel Jordão Serra, Sérgia Marina Andrade Bettencourt Martins, João Pedro Xavier Abelho Amante, Vitor Manuel Feliciano Morgado e a Senhora Maria Adelaide Feitinha da Silva Rosa, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Ponte de Sor.-----

-----Depois de constituída a respetiva Mesa, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor João José de Carvalho Taveira Pinto, o Senhor Joaquim Morujo Henriques, Primeiro Secretário e a Senhora Maria do Carmo da Silva Fortes Soares, Segundo Secretário, e com a chamada do Senhor Presidente da Assembleia, para a mesma Mesa, dos Senhores António Correia Constantino, Presidente da Junta de Freguesia de Montargil do Partido Socialista, o Senhor Manuel Prates Mendes Miguel, da Coligação Democrática Unitária (CDU), o Senhor António Maria Ramos Ricardo, do Bloco de Esquerda (BE) e o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, do Partido Social Democrata (PSD), tendo em consideração que era a última sessão da Assembleia Municipal deste mandato, assim como se ter verificado a existência de Quórum, deu-se início à referida sessão que para o efeito havia sido convocada.-----

-----Entrou-se de seguida no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

-----Começou por intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, referindo que esta sessão tinha começado trinta minutos depois da hora normal do seu início, devido ao atraso do Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, situação que nunca tinha acontecido anteriormente desde há muitos anos atrás, razão pela qual pensava que o facto deveria constar em ata.-----

-----Respondeu o Senhor Presidente da Câmara, afirmando que tinha informado o Secretário da Assembleia Municipal, Senhor António José Delgadinho Rodrigues, que possivelmente iria chegar um pouco atrasado, devido a um compromisso profissional, que já tinha marcado há mais tempo, mas também não era assim tão única esta situação, atendendo a que também já vários membros da Mesa da Assembleia Municipal tinham chegado atrasados, inclusive o Senhor Presidente da

Assembleia Municipal, e nunca ninguém usou isso como uma falta de respeito, como se estava a fazer crer que era o que estava a acontecer, e também pedia que tal declaração constasse em ata.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, voltou a intervir, para esclarecer que nunca tinha chegado atrasado a qualquer sessão da Assembleia Municipal cerca de trinta minutos, mas apenas na sessão realizada em Galveias, e por motivos urgentes, demorou cerca de dez minutos, não sem antes dar conhecimento do facto, o que era uma situação diferente da que tinha acontecido na presente data.-----

-----Depois interveio novamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, dando a palavra à Senhora Maria do Carmo da Silva Fortes Soares, Primeira Secretário da Mesa, a qual deu a conhecer ao plenário da Assembleia Municipal, de que no período compreendido entre a sessão realizada em junho de dois mil e dezassete, e relativamente à correspondência recebida, a mesma referiu que não existia qualquer correspondência relevante que tivesse chegado para se dar conhecimento.-----

-----Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, voltou a usar da palavra, para colocar à apreciação e votação a Ata número três, relativa à sessão ordinária realizada no dia trinta (30) de junho, de dois mil e dezassete, a qual não merecendo qualquer intervenção, foi aprovada por maioria com dezanove (19) votos a favor, zero (0) votos contra e dois (2) votos de abstenção, os quais pertenceram aos Senhores Pedro Miguel Felisberto Oliveira e Nuno Miguel Lopes Pinheiro.-----

-----Posteriormente o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro, solicitou a pretensão de fazer uma intervenção ainda sobre o assunto do eventual atraso na chegada do Senhor Presidente da Câmara e do restante Executivo à respetiva sessão, tendo referido que para que também constasse em ata, lamentava a intolerância manifestada pela ausência do Senhor Presidente da Câmara, dentro do período que lhe estava reservado no Regimento da Assembleia Municipal, para comparecer à mesma, assim como igualmente lamentava o facto de não ter sido dada uma resposta pela Mesa, relativamente ao artigo do Regimento que fixava o eventual atraso do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

-----Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, João José de Carvalho Taveira Pinto, afirmando que o comportamento do membro da Assembleia Municipal, Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro era inqualificável, em primeiro lugar porque era um assunto que tinha a ver com algo que era inédito em cerca de vinte e quatro anos do poder local democrático, em que participava, mais concretamente o caso do Executivo que tinha chegado a uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, com trinta minutos de atraso ao horário de início marcado para a realização da mesma, sendo mesmo a primeira vez que tal acontecia. Continuou, dizendo que em segundo lugar, e porque a ninguém lhe passava pela cabeça, nem sequer ao Presidente da Assembleia Municipal, já que tinha chegado às vinte horas, e ninguém do Executivo Municipal teve a amabilidade, a bondade, a caridade, de informar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, até porque todos os membros do referido Executivo tinham o número do seu telemóvel, dizendo que vinham de um evento relativo à inauguração de uma obra em Longomel, a qual teve início por volta das dezasseis horas e trinta minutos, de acordo com aquilo que lhe tinha sido transmitido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Longomel Manuel Martins de Matos Cunca, e porque isso ficava sempre bem, como era bom de ver pelo membro da Assembleia Municipal, Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro, que um dos membros do Executivo o fizesse, mesmo que o Senhor Presidente da Câmara não o quisesse fazer, até porque há bem pouco tempo tinha estado a falar com um desses membros do Executivo, e nesse caso poderia e até não custava nada, sendo mesmo uma prova de educação e de respeito, dizer que iriam chegar um pouco atrasados. Disse ainda que o facto de não se ter presente na sessão, a posse do Regimento da Assembleia Municipal, era porque ninguém estava a espera que acontecesse tal facto, mas agora ainda bem que o membro da Assembleia Municipal, Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro interveio, já que assim tudo tinha ficado registado em ata e até melhor esclarecido.-----

-----Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, dizendo que nada disto tinha a ver com alguma falta de respeito, nem qualquer outra coisa, uma vez que até tinha comunicado ao Secretário da Assembleia Municipal, Senhor António José Delgadinho Rodrigues, que informasse a Assembleia Municipal, de que provavelmente iria chegar um pouco atrasado à sessão, devido a compromissos profissionais já anteriormente assumidos, atendendo a que era normalmente a situação

que se fazia aquando da realização das sessões da Assembleia Municipal. Em segundo lugar, gostaria de dizer que não tinha sido só devido ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Longomel ter dito ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que iria haver uma inauguração na Freguesia de Longomel, que o mesmo tinha ficado a saber, já que todos os membros da Assembleia Municipal tinha recebido um convite para tal, assim como e em terceiro lugar também gostaria de dizer que já por diversas vezes os membros da Mesa da Assembleia Municipal e também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinham chegado atrasados às sessões, com a respetiva demora no início dos trabalhos, e nunca ninguém colocou em causa tais situações nem ninguém referiu que tinha existido qualquer falta de respeito.-----

-----Voltou a responder o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, dizendo que nunca tinha chegado atrasado a qualquer sessão da Assembleia Municipal, esperando que não se estivesse a falar da situação que tinha a ver com o anterior seu pedido de suspensão, o que não era o caso, nem quando na sessão realizada em Galveias, e devido a uma situação urgente, tinha informado a Assembleia Municipal, sobre tal e tinha realmente chegado com dez minutos posteriores à hora da realização mesma, sendo mesmo um situação totalmente diferente, mas enfim se o Senhor Presidente da Câmara queria ter razão, então ordenava que ficasse em ata, que tinha razão e nesse sentido terminava-se de vez com a discussão de tal situação.-----

-----Entretanto, também pediu para usar da palavra o Senhor Vereador João Pedro Xavier Abelho Amante, que se encontrava presente na sessão, no sentido de sair em defesa da honra, referindo que tanto ele como o Senhor Vereador Vítor Manuel Feliciano Morgado, faziam parte do Executivo Municipal, apesar de não terem pelouros atribuídos nem sequer estarem em regime de permanência, mas estavam presentes à hora que estava estabelecido para o início da sessão, e nesse sentido quando se generalizava que o Executivo tinha chegado atrasado à sessão, não era bem assim nem era o mais correto, e isto era só para realçar este facto. Terminou, referindo que também não tinha tido conhecimento de qualquer inauguração de qualquer obra no Concelho de Ponte de Sor.-----

-----Depois interveio Senhor Pedro Miguel Felisberto Oliveira, referindo que gostava de realçar o facto da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, ser em Montargil, como já tinha acontecido anteriormente em Galveias, e portanto ter saído de

Ponte de Sor, por uns tempos, e até tinha pena que não se fizesse mais vezes e em outras Freguesias do Concelho, o que seria muito bom. Continuou, dizendo que tinha sido ele, em nome da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU), que tinha apresentado uma proposta nesse sentido, no início do mandato. Terminou, afirmando que como era a última sessão do mandato e entretanto iria abandonar a Assembleia Municipal, gostaria de dizer que tinha sido muito bom ter pertencido à Assembleia Municipal como membro da mesma, assim como tinha gostado muito desta experiência na sua vida pessoal.-----
-----Em seguida interveio o Senhor António Maria Ramos Ricardo, começando por afirmar em primeiro lugar que gostava de saudar a descentralização na realização das sessões da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, e também o facto de apesar de não se ter ido a outras Freguesias, fazia votos para que a próxima Assembleia Municipal tivesse em conta esta metodologia e realizasse sessões em todas as outras Freguesias do Concelho de Ponte de Sor, aproximando o poder local das respetivas populações e com a participação das mesmas. Também gostava de agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o gesto de ter chamado para a Mesa, um elemento de cada força política representada na Assembleia Municipal, para além dos titulares da referida Mesa, mostrando com isso a pluralidade desta Assembleia Municipal, facto esse que aliás também já tinha acontecido anteriormente, aquando da realização da sessão solene relativa às comemorações do 25 de Abril, atitudes essas que se deviam repetir. Por último, gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, em que estado se encontrava o assunto das lombas na Rua dos Bombeiros Voluntários de Ponte de Sor, assunto esse que tinha levantado na última sessão, e sobre o qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha respondido que já se estava a analisar e a estudar o assunto até porque existia um abaixo – assinado sobre tal, só que já se tinham passado dois meses e até à presente data, não tinha acontecido nada, e segundo o que lhe tinha sido dito por moradores da zona, era que não sabiam nada de qualquer abaixo – assinado, mas também podia existir outra informação. Terminou, dizendo que como era a última sessão do respetivo mandato e como não iria pertencer à próxima Assembleia Municipal, gostava de saudar todos os colegas da mesma e desejar aos próximos membros eleitos, no próximo mandato, que tivessem sucesso e um bom aproveitamento na resolução dos assuntos do Concelho de Ponte de Sor, atendendo a que este mandato tinha sido um mandato bastante

interessante para o respetivo Concelho de Ponte de Sor.-----

-----Posteriormente o Senhor Dr. Manuel Prates Mendes Miguel, disse que quase subscrevia por inteiro as palavras do colega, António Maria Ramos Ricardo, mas também gostava de dizer que relativamente aqueles que abalavam e já não voltavam, o seu abraço do peito e um até sempre, enquanto que para aqueles que regressavam quais vindouros, desejava o sucesso e o êxito e fundamentalmente que a cada tempo e em cada altura, saibam vestir a camisola dos seus clubes, e noutros tempos saibam vestir a camisola da seleção.-----

-----Também o Senhor Joaquim Morujo Henriques, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, referiu que esta era igualmente a sua última sessão da Assembleia Municipal, uma vez que já não era candidato e conseqüentemente não iria voltar no próximo mandato, e por isso gostaria de agradecer a todos, pelos mandatos em que tinha assumido as funções de Primeiro Secretário e de Presidente da Assembleia Municipal, no mandato anterior, um muito obrigado pela forma cívica com que todos souberam estar neste órgão autárquico democrático e terem levado o nome do nosso Concelho sempre mais alto. Continuou, dizendo que tinha desempenhado durante anos as funções de Primeiro Secretário e de Presidente da Assembleia Municipal, sendo mesmo uma honra para si ocupar estes cargos, até porque era sempre mais difícil estar na Mesa de um órgão desta natureza, a dirigir e a gerir todas as forças políticas e as suas diversas sensibilidades, não deixando no entanto de afirmar que também sempre soube estar à altura, com princípios e com respeito por todos. Disse depois, que a seguir iria parar e seguir outro caminho, mas sempre por vontade própria e não por vontade de outros, agradecendo por isso mais uma vez aos habitantes do Concelho e às pessoas que o convidaram, a honra que lhe deram de ter pertencido a esta Assembleia Municipal de Ponte de Sor, assim como por poder contribuir para o bem-estar da população do Concelho de Ponte de Sor e pelo respeito mútuo de todos os membros da Assembleia Municipal, independentemente da sua cor partidária. Terminou, dizendo que esperava que o Executivo e a Assembleia Municipal, continuassem a dignificar o nosso Concelho e o Município de Ponte de Sor, em prol daqueles para quem trabalhavam.-----

-----Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, ausentou-se da sala por algum tempo, devido a motivos pessoais, tendo regressado mais tarde, para tomar parte na

sessão, a Senhora Lisete Maria Fragoso Marques.-----

-----Posteriormente, fez a sua intervenção o Senhor António Correia Constantino, Presidente da Junta de Freguesia de Montargil, no sentido de fazer uma resenha da sua vida autárquica durante doze anos na Junta de Freguesia de Montargil e na Assembleia Municipal de Ponte de Sor, sendo que em primeiro lugar gostaria de desejar as boas vindas aos Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Assembleia Municipal e restante população presente, e agradecer o facto desta sessão da Assembleia Municipal, se ter realizado em Montargil como já tinha sido feita em Galveias, sendo que isso era importante para o poder local crescer e progredir ainda mais. Depois efetuou propriamente o seu discurso, o qual a seguir se transcreve na íntegra: << Como profundo conhecedor da minha terra, há doze anos atrás quando me candidatei, senti que a Freguesia andava de costas viradas não só para a Câmara Municipal mas também para todos os Centros de decisão a nível regional e a nível local. A Freguesia encontrava-se naquele momento ignorada, encontrava-se desamparada por todos aqueles que nos poderiam ajudar e na altura bastante se precisava. Havia muitos constrangimentos e as próprias pessoas andavam afastadas da sua própria Junta e foi assim que a encontrou. Periodicamente éramos confrontados com informações menos verdadeiras que geravam grande controvérsia e grandes preocupações entre as pessoas e entre todos os Montargilenses. Começámos a compreender que essas controvérsias e essas manifestações, só interessavam àqueles que se serviam delas para nelas terem o seu protagonismo, apelidando-se a eles próprios dos grandes defensores dos Serviços públicos de Montargil. Vivia-se num constante protesto, num protesto permanente mas era muito estranho porque nunca se procuravam respostas e soluções sérias e verdadeiras para a discussão e para a continuidade desses Serviços. Constantemente se dizia em Montargil que, o Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR) iria fechar, depois os Serviços da Segurança Social Local iriam também fechar, os Correios fechavam as portas já que não tinham viabilidade em Montargil, assim como também encerraria o Centro de Saúde de Montargil. Vivia-se então uma constante ansiedade, num clima de protesto permanente que permitia a face da oposição pública da rua, que não servia os interesses

da população e só permitia a intriga entre pessoas e as Instituições. Nós entendíamos e tínhamos consciência, que era necessário pôr fim a estes constrangimentos e a esta situação que se vivia na altura. Tínhamos que procurar um novo projeto para Montargil, um projeto de aproximação entre as pessoas, um projeto de aproximação entre as pessoas e a Junta de Freguesia, um projeto de aproximação entre as pessoas a Junta de Freguesia a Câmara Municipal e as várias Instituições que nos podiam ajudar. Portanto teria que haver em Montargil, um novo rumo e um novo projeto que fosse exequível, em que se teria que trabalhar muito, mas sempre em consonância e em harmonia com todos para se poder obter resultados, uma união de vontades e uma união de opiniões, para a defesa dos interesses da nossa terra e para a defesa dos interesses dos nossos habitantes, sendo estes argumentos a justificação para contrariar o ambiente que se vivia na altura, e também com a luta pela manutenção dos nossos Serviços Públicos, que foi o nosso grande desafio, o desafio desta Junta de Freguesia, e felizmente nós pudemos avançar. Obviamente que tínhamos que seguir outro caminho, outro tipo de política, mais ajustados e a apontar para os Montargilenses e à maioria da população e a mais adequada à nossa prioridade local, e foi assim que aconteceu. E com os apoios dos organismos decisores e sempre com a Câmara Municipal de Ponte de Sor como principal interlocutora e outros Organismos regionais e centrais, que sempre nos souberam ouvir nas nossas preocupações e nas nossas necessidades. Hoje, atualmente os nossos Serviços públicos encontram-se em perfeito funcionamento e de uma maneira eficaz e com serviços de excelência e de atendimento para toda a população, já que o correio é distribuído para todos os moradores das nossas aldeias, onde todos tinham o seu recetor, o Centro de Saúde tem estado adequado à nossa realidade e atende condignamente toda a população que dele necessita, a iluminação pública da Freguesia foi melhorada, a nossa Escola do Primeiro Ciclo foi requalificada, assim como em colaboração com a Câmara Municipal de Ponte de Sor e a família Courinha tinha sido possível construir-se o Campo de Futebol, o Campo de Ténis, o Anfiteatro das nossas Festas e ainda o Loteamento do Laranjal, os quais foram uma realidade, ampliámos o cemitério, restaurou-se a Capela de Santo António, local de culto de todos os Montargilenses, a qual se encontrava em ruínas há um ano. A Câmara Municipal requalificou o Jardim das Afonsas, que foi inaugurado há cerca de oito dias, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, sendo com muita alegria

e satisfação que esta obra foi feita, atendendo à manifestação de toda a população. Encontra-se em fase de pavimentação, os caminhos e estradas de Vale de Vilão, a nossa Freguesia cresceu, mas cresceu e de que maneira, culturalmente e desportivamente, já que anteriormente não existia nada ou quase nada disto em Montargil, sendo estas Instituições apoiadas por nós substancialmente, às nossas Associações Culturais e aos Grupos da nossa terra, criámos condições para eles se poderem desenvolver com as suas atividades da melhor maneira. Hoje, o nosso Centro Cultural que está em fase de construção, esperando que em breve esteja em condições, já é uma realidade e será o orgulho de todos os Montargilenses, é uma obra de excelência e de referência para a Freguesia e permitam que lhes diga é mesmo uma obra de referência para o Concelho, sendo mesmo muito importante este Centro Cultural de Montargil. Nestes doze anos, repartidos por três mandatos, houve um investimento na Freguesia de Montargil, de mais de cinco milhões de euros, e esperava que não estivesse enganado, mas caso estivesse, pedia à Câmara Municipal para o corrigir se não fosse assim. E a nossa Freguesia tornou-se não só pelas obras realizadas mas também pelas suas características físicas e naturais, pela sua proximidade com Lisboa, pela nossa maravilhosa Albufeira, pelo nosso grande lago do Concelho, não desprestigiando a nossa Junta de Freguesia, que também o era, mas a nossa Freguesia, distinguia-se dentro do Concelho, pela sua procura por parte das pessoas. Todo este trabalho, foi um trabalho continuado e que estamos a superar e não pode parar, já que a Albufeira de Montargil continua a ser a grande alavanca turística do nosso Concelho e pelas suas características naturais continua sempre procurada pelos mais diversos empreendedores turísticos. Quando no início da nossa candidatura, o Ex-Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, Dr. João José de Carvalho Taveira Pinto, nos confidenciou que iria entrar nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, o projeto de um empreendimento turístico de cinco estrelas, todos nós percebemos na altura, que seria aqui uma nova era do desenvolvimento turístico de Montargil, da Freguesia e também do Concelho. Hoje, a nossa maior satisfação e a minha maior satisfação pessoal, é verificar que os proprietários de restaurantes, os proprietários dos bares e do comércio em geral, residente na Freguesia de Montargil, nos dizerem que no Verão de dois mil e dezasseis e o Verão de dois mil e dezassete, foram os de maior afluência turística na Freguesia, e de que há memória em Montargil. E estes geralmente são os nossos momentos mais felizes

da vida, da vida de um autarca, ao ler as mensagens de satisfação dos seus fregueses e munícipes que estão muito felizes, e porque se eles estavam felizes, nós Autarcas também nos sentíamos muito orgulhosos, felizes e realizados, pelo reconhecimento do nosso trabalho. Para terminar e porque estamos em fim de mandato e não podendo mais recandidatar-se por imperativos da Lei, atrevo-me a dizer que todo este trabalho em benefício da Freguesia, nunca, mas jamais poderá ser uma obra de uma pessoa ou de um Presidente sozinho, razão pela qual e por isso às vezes não merecia a pena estas guerras e estas quezílias, atendendo a que as pessoas têm de trabalhar em união com as populações e deixarem-se de criar problemas. Portanto, isto era obra de muitos intervenientes, de todas as Instituições que nos ajudam e era obra de todos nós, funcionários da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal e dos nossos fornecedores, que lutam pela dignidade dos Serviços e pela nossa causa pública, e é obra também de todas as Associações, Organizações e Comissões, locais, regionais e até nacionais que sempre estiveram ao nosso lado nesta grande tarefa, para o engrandecimento da nossa terra, e acima de tudo era uma obra da nossa Câmara Municipal de Ponte de Sor, nas pessoas do Ex-Presidente, Dr. João José de Carvalho Taveira Pinto e do seu atual Presidente, Eng.º Hugo Luís Pereira Hilário, e dos seus Executivos, que sempre estiveram do nosso lado e nos ajudaram substancialmente, tendo sido os nossos principais parceiros, sendo que com eles sempre mantivemos uma boa relação, não só política mas também de amizade e profissional, e com isso nunca se deixou ninguém para trás, dentro das nossas possibilidades, e só assim do nosso ponto de vista, com estas excelentes relações, com esta união de esforços, de amizade, de profissionalismo e de consensos, pudemos e podemos lutar pela nossa terra e pelo bem-estar das nossa população e pelo desenvolvimento da nossa Freguesia de Montargil. Obviamente que muito mais haveria para dizer e fazer, atendendo a que todos também compreendiam, que nem tudo pode ser feito devido às dificuldades que aparecem nas suas mais diversas circunstâncias, mas todos estamos sempre insatisfeitos, até porque o mundo perfeito não existia, razão pela qual se teria sempre que sonhar e o próprio mundo ia avançando com esses sonhos e com isso a nossa terra nunca pára enquanto os homens livres cá estiverem. Por último, e terminava mesmo, desejando um bem-haja para todos, assim como estender os agradecimentos da Junta de Freguesia de Montargil e da sua população a todos os

presentes.-----
-----Depois interveio o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro, começando por dizer que se regozijava pela realização desta sessão da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, em Montargil, já que era uma decisão correta, atendendo a que com isso se aproximava cada vez mais os órgãos autárquicos das populações, tendo como consequência o facilitar a vida das respetivas populações, para assistirem e exporem os seus problemas, não deixando no entanto de enviar uma saudação a todos os Montargilenses presentes nesta sessão. Continuou, referindo que gostava de também manifestar aos elementos da Assembleia Municipal deste mandato, a sua saudação e agradecer-lhe o facto pela forma como durante estes quatro anos o terem respeitado de uma forma correta e civilizada, desejos que foram recíprocos, mas também se alguma vez não tinha sido correto, pedia desde já desculpa, mas parecia-lhe que nunca tinha faltado ao respeito a ninguém. Posteriormente, referiu-se a um documento, que não era mais que uma simples folha de papel A4, que tinha sido distribuída em Ponte de Sor, a qual era da autoria do membro desta Assembleia Municipal, Senhor António Maria Ramos Ricardo, do Bloco de Esquerda, pensando que tal folha de papel, não era mais do que um desfilhar da sua opinião sobre diversas matérias e assuntos, que caso não constasse o facto de duas situações ou questões serem ou conterem alguma gravidade, nem sequer iria fazer referência a tal documento, mas simplesmente não podia deixar de realçar os dois factos, um que era a situação de ser dito que existia um contínuo esconder dos factos à Assembleia Municipal, por parte da Câmara Municipal, impedindo por isso que a Assembleia Municipal exercesse a sua função de fiscalizadora, solicitando por isso que o Senhor António Maria Ramos Ricardo esclarecesse esta Assembleia Municipal que factos eram esses que tinham sido escondidos por parte do Executivo da Câmara Municipal, para que é que os escondiam e quem é que os estava a esconder. Quanto à outra questão, a mesma dizia respeito às Contas da Câmara Municipal, sobre as quais o Senhor António Maria Ramos Ricardo, afirmava que elas apareciam normalmente truncadas, confusas e com artimanhas, para além de não se saber sobre as receitas e as despesas, onde se reportavam os vários itens, gostando por isso também de saber por parte do Senhor António Maria Ramos Ricardo, quais eram essas artimanhas usadas e que truncagens é que eram feitas, assim como que confusões é que existiam nas referidas contas do Executivo, até porque

tinha consultado as atas dos últimos anos existentes e referentes ao assunto da apreciação das Contas da Autarquia, e tinha constatado que o Senhor António Maria Ramos Ricardo, nunca se tinha pronunciado sobre qualquer uma nem sequer tinha colocado qualquer questão sobre as mesmas, o que era realmente muito estranho estar-se agora com tais afirmações desprovidas de qualquer bom senso. Terminou, referindo que gostava de dizer ao Senhor António Maria Ramos Ricardo, que o mesmo já deveria saber que em política não valia tudo e havia limites que não se podiam ultrapassar, os quais eram a decência, o respeito pelas pessoas e pelas Instituições, havendo mesmo no documento pertença do Senhor António Maria Ramos Ricardo, coisas mesmo hilariantes, como por exemplo a citação de que existiam pessoas no Concelho que tinham medo de falar e medo do Partido Socialista, por causa dos empregos, que tinham que ter subserviência em relação ao poder autárquico, atendendo às represálias que daí podiam aparecer e nesse caso havia mesmo medo de dar a cara, situação essa que não era verdade e até parecia que o Concelho estava aterrorizado e a população tinha medo de falar, o que era um perfeito disparate e nada disto fazia sentido, num Concelho onde a taxa de desemprego tinha baixado tanto, ou seja até mais que a nível nacional. Continuou, afirmando que o Senhor António Maria Ramos Ricardo, também tinha afirmado para que as pessoas não tivessem medo do Bloco de Esquerda visto que não eram contra o Aeródromo Municipal, até porque pensava que o mesmo era um motor de desenvolvimento e devia ser protegido de molde a que tal investimento não se viesse a perder, no sentido da melhoria das condições de vida das populações, sendo que nesse sentido até concordava com tais palavras do Senhor António Maria Ramos Ricardo.-----

-----Respondeu o Senhor António Maria Ramos Ricardo, dizendo que o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro, ao fazer tais afirmações, até tinha começado muito mal a sua intervenção, visto que não existia nenhuma folha A4 distribuída com informações, já que aquilo que realmente existia era um artigo publicado no jornal “Ecos do Sor”, retirado da sua intervenção política proferida num comício do Bloco de Esquerda, e nunca tinha sido distribuído qualquer papel A4 pelas pessoas do Concelho de Ponte de Sor, portanto não queria saber do que aquilo que tinha sido dito pelo Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro na sua intervenção, atendendo a que não era verdade tal situação, nem sequer sabia como é que o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro tinha tal folha de papel A4, e portanto voltava

a afirmar que o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro tinha começado muito mal, para além de que as afirmações proferidas em comícios, eram assuntos que ocorriam durante a campanha eleitoral e não era qualquer assunto desta Assembleia Municipal, sendo apenas uma opinião que o Bloco de Esquerda tinha, e que tinha sido expressa por ele próprio, sobre a análise da situação política e económica do Concelho de Ponte de Sor, razão pela qual não era obrigado a responder a estas questões colocadas pelo Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro, até porque se o mesmo desejasse ir para o debate e o confronto político, da campanha eleitoral, teria que ser no exterior das sessões da Assembleia Municipal e não nas sessões do mesmo órgão, e aí até estava disponível para tal. No entanto, e como eram levantadas algumas dúvidas sobre afirmações proferidas, até gostaria de dar um exemplo, como era o caso dos parquímetros em Ponte de Sor, sobre o qual tinha perguntado numa sessão e lhe tinha sido respondido que era apenas um boato, quando se veio a verificar que no entanto já existia um contrato assinado para tal, e nesse caso questionava então se isso não era esconder um ato público assinado através de contrato, com uma adjudicação antes da Assembleia Municipal saber e se pronunciar, e este assunto até estava em ata da Assembleia Municipal, do mesmo modo e relativamente à questão das contas truncadas, também era verdade e aí o Bloco de Esquerda não necessitava de perguntar, já que a Coligação Democrática Unitária (CDU) tinha questionado sobre as várias receitas e despesas que estavam incluídas na rubrica “Outros”, mas que não se sabia bem quais eram, situação que até concordava com tais perguntas, e portanto não era necessário estar a fazer as mesmas perguntas. Portanto, a situação era esta e tinha todo o direito de mostrar a sua posição em vários aspetos da vida política e económica do Concelho, e não era o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro que o não permitia ou colocava em causa ou ainda exigia explicações sobre tal, porque isso não admitia a ninguém. Terminou, referindo-se à questão da cultura do medo de falar, afirmando que isso era o que mais se ouvia falar em Ponte de Sor e se alguém não ouvia, era porque só falava com uns e não com todos.-----

-----Ainda voltou a intervir o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro, referindo que sobre a situação das receitas e despesas incluídas na rubrica “Outros”, tinha sido o membro da Assembleia Municipal, Senhor António José Vences Martins, que tinha questionado sobre isso, no ano de dois mil e catorze, tendo na altura o Senhor Presidente da Câmara,

Hugo Luís Pereira Hilário e a Senhora Dra. Maria Adelaide Feitinha da Silva Rosa, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, da Autarquia, esclarecido as situações, enquanto que nessa altura o Senhor António Maria Ramos Ricardo, nunca se preocupou nem se pronunciou sobre tal questão. Quanto ao assunto dos parquímetros, gostaria de dizer que a Câmara Municipal de Ponte de Sor, tinha agido muito bem, já que era um assunto da sua competência e não tinha nada que solicitar apreciação por parte da Assembleia Municipal, a não ser que já houvesse um Regulamento para os mesmos, e aí sim terá que solicitar à Assembleia Municipal tal apreciação e aprovação, o que eram situações bem diferentes. Sobre o tal medo de falar, gostava de afirmar que contactava com dezenas de pessoas todos os dias, e nunca tinha sentido isso nem nunca qualquer Múncipe lhe tinha falado sobre tal, o que indiciava que era afirmações um pouco levianas mas ficavam da responsabilidade de quem as proferia. Terminou, dizendo que com tais afirmações, discursos e representações, o Senhor António Maria Ramos Ricardo, levava à degradação da imagem dos políticos e neste momento mais lhe parecia que estava a cair num buraco negro.-----

-----Depois fez a sua intervenção a Senhora Ana Rosa Alves Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Foros do Arrão, referindo que também ela própria, assim como o seu colega António Correia Constantino, iria terminar o seu mandato e cargo à frente da Junta de Freguesia de Foros de Arrão, cargo esse, que desempenhou durante doze anos, e como também já não se podia voltar a candidatar no próximo mandato como Presidente da Junta, gostava de deixar perante todos os membros deste órgão que era a Assembleia Municipal, o seu agradecimento, o qual era extensível ao Município de Ponte de Sor, durante oito anos como Presidente o Senhor Dr. João José de Carvalho Taveira Pinto e nos últimos quatro anos, como Presidente o Senhor Eng.º Hugo Luís Pereira Hilário e aos seus respetivos Executivos, que tanto a ajudaram e à população de Foros de Arrão, atendendo a que sem eles e o Município em si, era impossível Freguesias como a Freguesia de Foros de Arrão poderem fazer e executar alguma coisa, e potenciar o desenvolvimento, e por isso lhes estava agradecida assim como lhes estava agradecida toda a população de Foros de Arrão. Terminou, dizendo que nunca ninguém estava satisfeito, pois todos desejavam fazer sempre mais e melhor, mas também gostaria de dizer que iria sair de consciência tranquila, uma vez que deu tudo o que tinha, trabalhando

para uma população e no intuito do seu bem-estar, por isso mais uma vez um obrigado em nome pessoal e da população de Foros de Arrão, a todos os membros da Assembleia Municipal e ao Executivo Municipal, pela ajuda que sempre deram.-----
-----Ainda usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, dizendo que no sentido de tudo ficar claro, afirmava que poderia ter divergências como Presidente da Assembleia Municipal em relação ao Presidente da Câmara Municipal na forma de interpretação das situações, mas que pessoalmente tinha pelo Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, o máximo de respeito pela sua honorabilidade e pelo trabalho que tem desenvolvido no Concelho de Ponte de Sor, só que infelizmente assiste-se na política, como aconteceu várias vezes no passado, o achincalhar das pessoas naquilo que mais sagrado tinham na sua vida que era a dignidade, sem qualquer tipo de responsabilidade, de competência, de justiça ou de honestidade. E era bom que todos soubessem que, aquilo que eventualmente podia separar as pessoas, poderia ser a forma, mas todos tinham que reconhecer que este Executivo Municipal, nestes quatro anos, na pessoa do Senhor Eng.º Hugo Luís Pereira Hilário, tinha feito um trabalho meritório no nosso Concelho, e isto tinha que ficar bastante claro, no sentido de que não houvesse leituras obscenas, leituras impróprias, leituras incorretas, sendo que se poderia eventualmente discordar no relacionamento, mas aquilo que era substantivo e que tinha a ver com as populações, de certeza absoluta que as pessoas iriam informar no dia em que fossem chamadas para isso, qual era o seu entendimento sobre essa questão, razão pela qual e relativamente ao enunciado que o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro tinha feito, em referência às afirmações do Senhor António Maria Ramos Ricardo, esse mesmo enunciado, era feio e triste e não era próprio para com as pessoas visadas. Continuou, dizendo que esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, tinha sido marcada para ser realizada em Montargil, devido a Montargil ter sido sempre no seu entendimento, um Centro muito importante no Concelho de Ponte de Sor, e nesse sentido não queria despedir-se da sua vida política partidária ativa, sem dizer que a Freguesia de Montargil no seu entendimento, deveria ser olhada de uma forma diferente daquilo que era olhado para as outras Freguesias do Concelho, já que tinha um significado próprio e tinha um caminho próprio e também diverso das outras Freguesias, porque tinha a Albufeira de Montargil, a qual era considerada uma das mais bonitas de Portugal, e tinha gente à sua

volta que era capaz de fazer coisas boas para o desenvolvimento, só que nesse contexto o que se tinha verificado, infelizmente, era que Montargil estava de costa viradas para o turismo e para os investimentos na área, sendo que era já altura de todas as Entidades, as Instituições e as pessoas perceberem a importância que o turismo teria na Freguesia de Montargil e no desenvolvimento sustentado da mesma Freguesia, assim como por exemplo na criação de um Museu de História Concelhio, em Montargil, uma vez que aquando da elaboração da Carta Arqueológica do Concelho, a equipa que a efetuou, tinha encontrado muitos vestígios e objetos, que datavam deste o Período Paleolítico Inferior e até ao Período Neolítico, do mesmo modo que na margem esquerda da Albufeira de Montargil, existiam lugares extremamente importantes, o que reforçava a ideia da construção desse Museu de História, em Montargil. Também poderia haver uma situação de outro nível na zona de lazer, que era ocupada por um determinado tipo de equipamentos, mas que também poderia comportar um tal Parque Aquático, que tanto era falado, e que tanta resposta positiva deu em Galveias, com a chamada de tanta gente no Verão para Galveias, sendo que neste local poderia acontecer exatamente a mesma coisa, com a construção de um Parque Aquático na Zona Desportiva e na Zona de Lazer de Montargil, com a intenção de trazer pessoas a Montargil, sendo que posteriormente essas mesmas pessoas que visitam e permanecem no Hotel e que também permanecem no Parque de Campismo, teria que ter motivos substantivos para visitarem mesmo Montargil, e também por isso tudo, ou seja com um futuro Museu de História como outro qualquer que podia acontecer e com o Parque Aquático, iriam incrementar e aumentar o pequeno comércio, da restauração, dos pequenos cafés e bares, razão pela qual gostava de tocar neste ponto fulcral de desenvolvimento. Continuou, afirmando que gostava de agradecer a todos os que contribuíram para que esta Assembleia Municipal acontecesse nestes quatro anos, mas também gostava de dizer que não levava saudades nenhuma, mas absolutamente nenhuma, no entanto também gostava de referir que uma coisa era a forma e outra bem diferente era o conteúdo. Nesse sentido, e referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, afirmava que o tinha como uma pessoa honesta, uma pessoa digna e como uma pessoa que gostava muito do seu Concelho, efetuando um bom trabalho no seu desenvolvimento e no interesse das populações, não deixando também de dar uma palavra de gratidão à Senhora Vereadora da Cultura e

Educação, Sérgio Marina Andrade Bettencourt Martins, que não obstante a conhecer há bastante tempo, não o tinha desiludido nem o tinha surpreendido, já que era uma pessoa com uma capacidade excepcional, e o Município de Ponte de Sor lhe ficará muito grato, do mesmo modo que quanto ao restante Executivo, o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, saberia muito melhor do que ele, o que eram capazes de fazer e as suas capacidades de trabalho e de intervenção. Terminou, desejando a todos os membros do Executivo e aos membros da Assembleia Municipal, que fossem felizes nas suas vidas pessoais e profissionais e que conseguissem todos os desideratos que a vida lhes deva ter ou proporcionar.-----

-----Também voltou a usar da palavra o Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro, referindo que na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no mês de junho do corrente ano, em Galveias, o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, tinha manifestado alguma preocupação sobre o número de obras em curso por parte da Câmara Municipal, com um valor de cerca de três vírgula três milhões de euros, quando o saldo de tesouraria da Autarquia só demonstrava o valor de cerca de um milhão de euros, colocando em causa como é que se conseguiria pagar tais obras e que era uma situação deveras preocupante, razão pela qual gostava agora na presente data, em que o resumo diário de tesouraria em causa, que estava presente na sessão, tinha um saldo de mais de cinco milhões de euros, o que dava para pagar tais obras e ainda sobrava muito dinheiro, e nesse sentido desejava que o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, saísse desta Assembleia Municipal, com a convicção de que a gestão financeira da Autarquia de Ponte de Sor era bem muito feita e com bastante competência, para além de contar atualmente com um saldo financeiro muito positivo, o que não causava preocupação alguma e até se poderiam continuar a fazer os investimentos necessários.-----

-----Por último interveio o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, referindo que sobre a intervenção do Senhor Nuno Jorge Pinto de Castro, gostava de dizer que talvez ele é que demonstrasse alguma preocupação, mas no entanto poderia acrescentar que não bastava dar estes indicadores, mas pelo contrário ler e estudar bem os documentos e verificar o conjunto de recomendações que os Técnicos faziam a diversas situações, mais concretamente no documento referente ao Relatório do Plano Estratégico do Cluster Aeronáutico, no qual constavam considerações muito importantes do ponto de vista

económico e financeiro do Concelho, onde era documentado algumas preocupações sobre tal investimento. Quanto à questão das obras, no ponto número um da Ordem de Trabalhos, sobre a atividade do Município, teria todo o gosto de colocar algumas questões sobre algumas situações.-----

-----Não havendo mais intervenções no PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, entrou-se de seguida no PERÍODO DA ORDEM DO DIA, que foi com tal finalidade, que a sessão havia sido convocada.-----

-----PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

-----Os originais dos documentos relativos à informação, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

-----Interveio primeiramente o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, dizendo que todas as informações sobre a atividade do Município, tanto financeira como de outras atividades, constavam dos documentos que tinham sido enviados a todos os membros, sendo que se alguém desejasse mais alguma explicação, poderia colocar a questão, que posteriormente lhe seria dada a resposta sobre qualquer dúvida.-----

-----Depois usou da palavra o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, dizendo que gostava de alertar para uma situação grave que estava a acontecer, em Montargil e aqui bem perto, no local junto ao Parque Desportivo e de Lazer, que era um aterro de terras de alguma altura, terras essas soltas e sem estarem consolidadas, com muito lixo e com esgotos a céu aberto junto ao local, situação que se chovesse ou houvesse uma outra situação anómala, poderia ser muito perigoso e originar alguma tragédia, sendo que tinha constatado esta situação in loco, apelando por isso aos Serviços Técnicos da Autarquia que fiscalizassem o assunto o mais breve possível.-----

-----Respondeu o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, dizendo que esta situação não tinha nada a ver com a Zona Desportiva ou de Lazer ou do Campo de

Ténis, mas provavelmente do Loteamento do Laranjal, onde foram retiradas algumas terras, mas também não tinha nada a ver com o Loteamento, mas de qualquer maneira agradecia com sinceridade a sugestão e a informação, e que iria ser verificada com urgência tal situação.-----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

-----A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO.-----

-----PONTO DOIS – TOMADA DE CONHECIMENTO DE CONTRATO DE CARÁCTER PLURIANUAL, RELATIVO À ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO AQ 01CC-CIMAA/2017 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL, PARA O MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR, A ESTABELECEMOS ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR E A ENDESA – ENERGIA, S.A.-----

-----Os originais dos documentos relativos ao Contrato, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

-----Começou por intervir o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, referindo que de acordo com alguns procedimentos, entendia-se que era benéfico para todos os Municípios do Distrito e mais concretamente o Município de Ponte de Sor, existir o lançamento de um concurso através da Central de Compras da CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, e relativamente ao fornecimento de energia elétrica para os quinze Municípios, o que levava a que o preço fosse mais reduzido, sendo que agora aquilo que estava em causa, não era mais do que a cessão da posição contratual da CIMAA diretamente para o Município de Ponte de Sor, como se tivesse sido o Município de Ponte de Sor a lançar o referido concurso.-----

-----Depois usou da palavra o Senhor António Maria Ramos Ricardo, dizendo que sobre o referido fornecimento de energia elétrica, pensava que esta empresa (Endesa), fornecia a respetiva energia a partir da Central Nuclear de Almaraz, sendo que esta era uma das

principais operadoras a fornecer energia elétrica a partir de tal Central Nuclear, quando todos também sabiam dos riscos que tal Central representava para as populações, e por isso continuar a comprar energia elétrica com contrato a esta Empresa, era de facto alimentar a continuidade da Central de Almaraz e a contribuir para isso.-----

-----Também interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, dizendo que até o próprio Governo de Portugal contratualizava o fornecimento da energia elétrica com esta Empresa, e por isso não via nada de anormal nesta situação, mas respeitava todas as ideias sobre o assunto.-----

-----Por último, voltou a intervir novamente o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, dizendo que não tinha conhecimento de que esta Empresa (Endesa) fornecesse energia elétrica, a partir da Central Nuclear de Almaraz, nem sequer fazia ideia de que isso acontecesse, mas também gostava de informar, que não cabia à CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo nem à Câmara Municipal de Ponte de Sor, impedir tal fornecimento, atendendo a que se tratava de um concurso público de âmbito nacional e até segundo pensava internacional, e não se podia impedir por Lei que qualquer Empresa concorresse ao concurso.-----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

-----A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO.-----

-----PONTO TRÊS – TOMADA DE CONHECIMENTO DE CONTRATO DE CARÁCTER PLURIANUAL, RELATIVO À ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO AQ 01CC-CIMAA/2017 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO BAIXA TENSÃO NORMAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA O MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR, A ESTABELEECER ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR E A GALP POWER, S.A.-----

-----Os originais dos documentos relativos ao Contrato, ficarão arquivados em caixa

própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

-----Começou por intervir o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, referindo que esta era uma situação idêntica à do ponto da ordem de trabalho anterior, só que com outra Empresa fornecedora e em potências e tarifas inferiores e diferentes, como era esta com a Empresa GALP.-----

-----Depois usou da palavra o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, questionando se não se deveria informar a CIMAA, que sobre este fornecimento de energia elétrica, caso houvesse diversas negociações por parte dos Municípios, não seria melhor em termos estratégicos.-----

-----Respondeu o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, dizendo que era uma questão pertinente, mas que em concursos públicos desta dimensão, era muito difícil existirem negociações sobre o assunto, mas não deixava mesmo de ser pertinente tal afirmação e nesse caso até percebia que independentemente de tudo o resto, seria bom que se pudesse avaliar todos os preços existentes, mas também não seria fácil comparar, não sabendo bem os preços em questão, sendo aliás que apenas o que sabia era que a CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, face ao tarifário fixo estabelecido em concursos anteriores, disponibilizava essa informação.-----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

-----A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO.-----

-----Quando eram vinte e duas horas e cinco minutos, ausentaram-se da sala, por motivos pessoais, os Senhores Manuel Prates Mendes Miguel e Fernando Manuel Graça D'Albuquerque, não tendo os mesmos regressado até ao final da sessão.-----

-----PONTO QUATRO - TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO FINAL E O SUMÁRIO EXECUTIVO DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTO DO INVESTIMENTO REALIZADO NO AERÓDROMO MUNICIPAL DE PONTE DE SOR, EFETUADO PELO GABINETE DE OLIVEIRA DAS NEVES – CONSULTADORIA, ESTUDOS E PROJETOS, LDA.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO.

-----Os originais dos documentos relativos ao Relatório Final e o Sumário Executivo da Avaliação de Resultados de Impacto do Investimento realizado no Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

-----Começou por intervir o Senhor António Maria Ramos Ricardo, dizendo que na primeira sessão da Assembleia Municipal deste mandato, que tinha estado presente, no mês de dezembro do ano de dois mil e treze (2013), em Galveias, tinha feito uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, sobre se o investimento do Aeródromo Municipal, assentava nalgum estudo de impacto sócio - económico do Concelho de Ponte de Sor, sendo que na altura, como constava em ata, o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, tinha respondido que relativamente a tais estudos, isso era uma matéria dos privados, como por exemplo o caso do Grupo Amorim se o tivesse feito ou outra empresa qualquer.-----

-----Respondeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Luís Pereira Hilário, dizendo que nunca em tempo algum tinha proferido tais palavras, que o Senhor António Maria Ramos Ricardo tinha afirmado, e aquilo que o Senhor António Maria Ricardo estava a fazer era misturar afirmações, atendendo a que na altura aquilo que tinha dito, era que o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo Municipal, não tinham nada que se meter ou saber dos ordenados, da política de investimentos ou de contratos relativos às Empresas privadas, porque tal como era o exemplo do Grupo Amorim, que foi atraído para o Concelho como um investimento estratégico, e muito bem, do anterior Executivo, da altura, da Câmara Municipal de Ponte de Sor, e obviamente que o Município não intervinha nem nos salários nem na política da empresa, era exatamente aquilo que lhe dizia para as Empresas do Aeródromo Municipal, razão pela qual não se devia misturar as coisas, sendo isso que constava na ata da altura, e não as coisas que o Senhor António Maria Ricardo dizia. Continuou, afirmando que como dizia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e muito bem, todos aqueles que detinham cargos políticos, fossem

eles executivos ou da oposição, obrigatoriamente tinham que ter a perceção e a certeza daquilo que diziam e/ou afirmavam, e não misturar coisas e levantar questões que não eram verdade, e com isso levar a que as pessoas fossem enganadas, situação que não era nada agradável nem devia acontecer. Referiu em seguida que, o investimento no Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, tinha sido decidido, e na altura muito bem, por parte do anterior Presidente da Câmara, Senhor Dr. João José de Carvalho Taveira Pinto e os seus respetivos Executivos, do qual já tinha ele próprio também feito parte no último, como Vice – Presidente, situação que foi mais que estudada e que tinha também decorrido através de uma Carta Estratégica do Concelho, que por acaso também tinha sido elaborada pela Empresa do Professor Oliveira das Neves, a mesma que efetuou agora este estudo, para além de também ter surgido de uma série de ambições e de dados que a Câmara Municipal tinha na altura e igualmente de uma visão estratégica e única do Senhor Dr. João José de Carvalho Taveira Pinto. Prosseguiu, dizendo que aquilo que tinha dito na altura, era que aquilo que se devia fazer, na sua ótica, em relação às Empresas privadas também o deveria fazer relativamente às empresas sediadas no Aeródromo Municipal, as quais também era privadas, sendo que o estudo que no presente se apresentava, não tinha nada a ver com tudo aquilo que o Senhor António Maria Ramos Ricardo tinha dito e afirmado, atendendo a que este estudo não era um estudo estratégico, mas sim um estudo para desenvolver um projeto estruturante e de investimento do Aeródromo, com o impacto que este tinha na comunidade do Concelho de Ponte de Sor e não só mas também na região em que estava inserido. Nesse sentido, referiu que o Senhor António Maria Ramos Ricardo, tinha que ter mais cuidado nas afirmações que proferia, com as misturas que efetuava de estudos ou de estratégias, que eram coisas totalmente diferentes, não deixando no entanto de perceber que às vezes não era fácil perceber-se de tudo. Terminou, afirmando que até já se tinham feito diversos estudos na Câmara Municipal em diferentes áreas, atendendo a que ninguém sabia tudo e por isso eram necessários esses mesmos estudos, para além de que muitos dos Concelhos da região desejavam ter um investimento desta natureza estratégica no seu Concelho, e por isso voltava a dizer que nunca o Senhor António Maria Ricardo, através dos seus papéis escritos, voltasse a chamar mentiroso ao Senhor Presidente da Câmara, já que o Presidente da Câmara nunca usou nem iria usar tais palavras em relação a alguém, pois tinha respeito pelas pessoas, já que foi educado

assim, mas também exigia o respeito por parte das outras pessoas.-----
-----Voltou a intervir o Senhor António Maria Ramos Ricardo, dizendo que não se considerava totalmente esclarecido, apesar do Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, ter aclarado algumas situações, mas aquilo que se tinha passado na altura, em Galveias, não tinha nada a ver com empresas, já que isso tinha sido posteriormente numa sessão mais recente, e nesse sentido era só tirar as dúvidas através da ata da altura, sendo que agora tudo se resumia a duas interpretações, uma por parte do Senhor Presidente da Câmara, e outra por parte de si próprio e por sua iniciativa, de nada valendo agora prolongar-se tal discussão. Terminou, referindo que não tinha chamado mentiroso a ninguém, visto que não fazia ataques pessoais, sendo que a única coisa que tinha referido na altura, tinha sido que o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, tinha faltado à verdade à Assembleia Municipal, relativamente à questão dos parquímetros.-----
-----Depois usou da palavra o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, dizendo que gostava de manifestar a sua satisfação por este estudo apresentado, que merecia uma leitura muito atenta, ainda que por exemplo, o mesmo não se manifestasse em relação aos custos previsionais de receitas e despesas, mas mesmo assim fazia uma inventariação suficientemente esclarecedora dos investimentos, dos riscos e uma análise rigorosa sobre o assunto, sendo mesmo um documento que devia ser aplicado pelo Município de Ponte de Sor, noutras áreas de atividade do mesmo, como por exemplo nas atividades sociais e nos aspetos sócio económicos no âmbito das Freguesias, onde poderia ser muito bem aproveitado. Continuou, referindo que tal estudo, apontava para a criação de um Unidade de Apoio para a Estratégia de Investimentos no Aeródromo Municipal, e isso era a primeira vez que ouvia tal recomendação, o que nesse aspeto e em caso afirmativo, aquilo que sugeria e pedia, era que se tivesse muito cuidado na seleção dessas pessoas, sem ser através de ordem e dependências políticas, mas sim com critério de independência, conhecimentos e competência técnica para o efeito. Continuou, referindo que voltava a reafirmar que aquilo que não estava de acordo relativamente ao Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, era com a questão do contrato de concessão à Empresa G Air, o que outra coisa completamente diferente era a sustentabilidade e a rentabilidade desta obra e deste investimento, o qual pensava que era uma grande alavanca económica e financeira e determinante para o Concelho de Ponte de Sor, não deixando por isso de continuar a

levantar a questão da sua componente para a carga aérea, que pensava ser muito importante, e até podia informar que em conversa com alguém bem posicionado nessa atividade, lhe tinha sido referido que para tal vertente, a pista atual não era própria para isso, mas pensava que era uma valência a ter em conta e a estudar futuramente, não deixando até de referir que o estudo na sua página cinquenta e nove, se referia ao Aeroporto de Beja na questão do tráfego de passageiros.-----

-----Posteriormente fez a sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, dizendo que gostava de cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, pelo facto de ter junto do Gabinete do Senhor Professor Oliveira das Neves, solicitado tal estudo, o qual teve um contributo relevante importante e até decisivo aquando da elaboração da Carta Estratégica de Ponte de Sor, sendo por isso que este documento só vinha comprovar que afinal tinha valido a pena todos os esforços e todos os caminhos que foram feitos, no sentido de que se pudesse atingir o desiderato, que era a razão pela qual o Aeródromo Municipal de Ponte de Sor tinha sido construído, razão pela qual o Executivo estava a trabalhar de forma a potenciar aquilo que tinha sido criado. Continuou, referindo que se lhe fosse permitido dizer, pensava que o Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, tinha que ter um caminho muito próprio, e que não tinha nada a ver com Évora nem com Beja, visto que se tinha que continuar cada vez mais a olhar para aquilo que era a criação de postos de trabalho, ligados à indústria aeronáutica, à formação, à manutenção dos vários equipamentos ligados à aeronáutica, e esse sim deverá ser o grande desígnio do mesmo, sendo que se, eventualmente, a Câmara Municipal começasse a olhar para outra estratégia, que seja o alargamento da pista, e concorrer com Évora e com Beja, então iria caminhar num sentido que pensava ser muito delicado e até contra procedente para aquilo que eram os interesses substantivos do Aeródromo Municipal, que com já tinha sido dito, era a criação de postos de trabalho ligados à formação e cada vez mais tornar a Escola com capacidade para que o número de alunos seja cada vez maior, atendendo a que tendo em consideração o custo do Curso, iria dinamizar e de que maneira já dinamizava a economia da cidade de Ponte de Sor e do Concelho, não só no aluguer de casas mas com tudo aquilo que tinha a ver com a permanência das pessoas, e nesse seguimento a aposta no Ensino, que era extremamente importante, lembrando as antigas Escolas Industriais e Comerciais, que

preparavam os alunos que não queriam ir para o Ensino Superior, dando-lhes conhecimentos técnicos, que lhes permitiam de imediato integrar o mercado de trabalho, razão pela qual e neste sentido pensava que deveria ser esse o caminho, não concordando por isso com a ideia do Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, naquilo que dizia respeito à valência da carga aérea e até numa possível vertente de passageiros, porque quando isso acontecer, o Aeródromo Municipal de Ponte de Sor iria entrar em declínio, mas segundo pensava o atual Executivo manteria a decisão de se continuar na procura da criação de postos de trabalho e com tudo aquilo que lhe estava associado. Terminou, dizendo que este estudo era extremamente importante, mas também gostava de realçar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, nunca deverá entregar a gestão daquilo que era o futuro do Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, a quem quer que fosse, já que o Senhor Presidente da Câmara Municipal com os conhecimentos que tinha, com o saber adquirido, objetivamente terá que ter sempre a palavra decisiva, naquilo que era a ocupação e a utilização do espaço, e por isso não obstante poderem estar junto a ele pessoas qualificadas para o ajudar, nunca deverá empenhar aquilo que era o futuro do Aeródromo Municipal, neste conjunto de pessoas que eventualmente poderão ter ideias muito boas, mas porventura não se podiam adaptar de modo algum ao Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, lembrando até por isso, o caso de Beja, que tinha dado um buraco tremendo, com a única viagem a acontecer ter sido de Beja para Cabo Verde ou vice-versa, e posteriormente nunca mais ter acontecido nada, sendo por isso aquilo que o caminho que o Aeródromo Municipal esta a seguir era o mais indicado e nesse sentido muito bem feito.-----

-----Voltou a intervir o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, referindo que já em tempos atrás, quando era Presidente da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, o Senhor Professor José Manuel de Matos Fernandes e Fernandes, o mesmo tinha questionado na altura o Senhor Presidente da Câmara, João José de Carvalho Taveira Pinto, sobre a questão da pista do Aeródromo iria ser alargada ou não, por causa dos aviões contra incêndios, os tão falados aviões de grande porte “Berieves”, tendo o Senhor Presidente da Câmara da altura ter respondido afirmativamente, sendo que se nessa altura poderia haver aviões de grande porte e dessas características, porque razão na presente data não poderia existir a valência de carga aérea.-----

-----Respondeu novamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, dizendo que na altura, tal decisão tinha a ver com a decisão do Senhor Ministro da Administração Interna, no momento presente o atual Primeiro-Ministro, que tinha decidido e conseqüentemente quase obrigado a Câmara Municipal de Ponte de Sor, a aumentar a pista para o seu cumprimento atual, devido ao concurso dos aviões de grande porte, denominados de “Beriev”, que supostamente viriam para o Aeródromo de Ponte de Sor, aviões de carga esses que eram iguais aos Airbus 320, e só por essa razão é que isso tinha sido feito, mas continuava a não concordar com a vertente de carga aérea, no entanto todas as opiniões eram respeitáveis, mas reafirmava que não concordava com a valência da carga aérea.-----

-----Também usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Luís Pereira Hilário, afirmando que concordava inteiramente com as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, e ficava satisfeito por nesta última sessão da Assembleia Municipal deste mandato, ter verificado que a única força política que tinha acreditado no Aeródromo Municipal, tinha sido o Partido Socialista, sendo que nesse sentido, todos deviam ser sérios e honestos, o que não implicava que, por unanimidade, se considerasse que o Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, era um investimento estratégico para o Concelho de Ponte de Sor e para a região, e com um potencial ainda maior, razão pela qual este estudo foi realizado nesta altura porque era um processo tão rigoroso e tão importante, que também demorava o seu tempo, através dos investimento da G Air, da Tekever e outros, se procurava saber o que este investimento tinha dado ao nosso Concelho e aquilo que a nossa Autarquia necessitava de o potenciar ainda mais. Continuou, dizendo que como tinha dito o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, João José de Carvalho Taveira Pinto, o Aeródromo Municipal de Ponte de Sor, teria que seguir a estratégia que vinha a ter, mais concretamente o de consolidar os Meios Aéreos da Proteção Civil, com a formação como era o caso dos dois cursos superiores profissionais de proteção civil e de proteção aeronáutica e uma pós graduação a iniciar em breve, assim como a criação do Gabinete de Gestão do Aeródromo Municipal, no sentido de ter pessoas competentes e que iria adaptar a Estrutura do Município à dimensão do Aeródromo Municipal. Terminou, referindo que, apesar do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter a palavra decisiva,

entendia que deveriam existir Técnicos qualificados na gestão do Aeródromo Municipal, assim como poderia desde já anunciar que se tudo corresse bem, em breve iriam instalar-se mais duas empresas em Ponte de Sor, uma de manutenção e outra de produtos compósitos, com um total de cerca de duzentos e dez postos de trabalho.-----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

-----A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO.-----

-----Quando eram vinte e duas horas e trinta minutos, ausentou-se da sala, por motivos profissionais, o Senhor Pedro Miguel Felisberto Oliveira, não tendo o mesmo regressado até ao final da sessão, sendo que entretanto também regressou à sala a Senhora Lisete Maria Fragoço Marques, que tinha saído e que voltou a tomar parte dos trabalhos.-----

-----PONTO CINCO - APRECIACÃO / APROVAÇÃO DA PROPOSTA INDICADORA QUE, NA FALTA DE REGULAMENTAÇÃO SOBRE O VALOR DAS TAXAS DEVIDAS CONCERNENTES AOS PROCESSOS DE REABILITAÇÃO URBANA, SE APLICARÃO PROVISORIAMENTE AS TAXAS CONSTANTES DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS, NO QUE RESPEITA A OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E VISTORIAS, ASSIM COMO DEVEM SER DEVOLVIDAS AOS PARTICULARES, AS TAXAS QUE ATÉ À PRESENTE DATA, PAGARAM NOS TERMOS DO N.º 3, ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 7.º, DO DECRETO – LEI N.º 206-B/2012.-----

-----Os originais dos documentos relativos à proposta, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara, Hugo Luís Pereira Hilário, informando que tinha saído há pouco tempo uma nova legislação sobre o assunto, a qual referia que o valor a pagar sobre um pedido de vistoria, relativamente aos processos de reabilitação urbana, seria de mais de cento e cinquenta euros, o que motivava que se não fosse a

Assembleia Municipal a manter em vigor as anteriores taxas aprovadas pela mesmo órgão, teria que se cumprir essa legislação, e neste caso assim conseguir-se que a situação se mantenha até que exista uma nova regulamentação sobre o assunto.-----

-----Não havendo mais intervenções.-----

-----A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AROVAR A REFERIDA PROPOSTA.-----

-----PONTO SEIS – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA REFERENTE AO PRIMEIRO (1.º) SEMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSETE (2017), SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR, DE ACORDO COM A ALÍNEA D) DO N.º 2, DO ARTIGO 77.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, ELABORADO PELA EMPRESA OLIVEIRA REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.-----

-----Os originais dos documentos relativos à informação e ao relatório, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

-----Começou por intervir o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, dizendo que sobre esta matéria, gostava de chamar a atenção para uma observação que o ROC – Revisor Oficial de Contas fazia em relação ao critério de avaliação dos diversos imóveis do Município de Ponte de Sor, ao mesmo tempo que também gostava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Hugo Luis Pereira Hilário, explicasse sobre aquilo a que se devia uma outra chamada de atenção, sobre a Tapada do Telheiro, a qual estava valorizada em cerca de quarenta euros o metro quadrado, enquanto noutro lado não seria esse valor, atendendo a que aquilo que lhe parecia era ser um dos aspetos que tinha um valor diferente e substancialmente diferente, da informação que era dada em relação à informação sobre os Processos que estavam em Tribunal e em litígio, até porque o ROC – Revisor Oficial de Contas, dizia que os valores deviam ter em conta a informação dos Serviços Jurídicos, e se esse Serviços Jurídicos referiam que aquilo que estava em causa num determinado litígio, tinha um certo valor, então também lhe parecia que deveria ser esse o valor apresentado na avaliação, o que não era o caso e assim não

batia a bota com a perdigota, como era usual dizer-se, valor esse que segundo se sabia era de cerca de um milhão de euros. Continuou, dizendo que também por outro lado, havia uma outra situação da qual já se tinha sido chamado a atenção no passado, que era o critério das provisões do Município, em relação às Contas, que era se as mesmas tinham em conta o risco que o Município assumiu com a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor, com uma obra que estaria orçada em cerca de setecentos e cinquenta mil euros, e até se caso a referida Instituição não conseguisse o financiamento para a referida obra, através dos respetivos fundos estruturais, do mesmo modo que perguntava se já se tinha assinado o Protocolo em que se assumia tal compromisso com a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor.-----

-----Respondeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, Hugo Luís Pereira Hilário, referindo em primeiro lugar que sobre o critério da avaliação do imobilizado, esse critério era de acordo com o POCAL, sendo mesmo obrigatório que essa avaliação fosse feita, sendo que os imóveis da Câmara Municipal eram imensos, e nesse caso até poderia haver alguns que ainda não estivessem devidamente valorizados. Quanto ao assunto do terreno da Tapada do Telheiro, poderia dizer que à partida as garantias estavam todas acauteladas, assim como sobre a avaliação do terreno, a mesma teria a ver com a informação da listagem dos respetivos Processos que estavam a decorrer em Tribunal, até porque existia uma avaliação por parte do réu e outra avaliação da outra parte em conflito sobre esse mesmo processo. Continuou, informando que como todos sabiam, a decisão tinha sido favorável ao Município de Ponte de Sor, na Primeira Instância, sendo que no presente, caso o Município tivesse que devolver os terrenos à família Adegas, também o Município teria que receber mais de dois milhões de euros. Relativamente ao assunto da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor, o mesmo não tinha que constar das provisões, atendendo a que tal assunto tinha sido colocado à discussão e análise na reunião da Câmara Municipal, onde tinha sido decidido apoiar a respetiva Santa Casa da Misericórdia, não estando ainda qualquer Protocolo assinado, atendendo a que se estava à espera com o lançamento dos Avisos, de se saber qual era a maneira mais vantajosa de se fazer a candidatura e, obviamente que seria feita, sendo a Santa Casa da Misericórdia a decidir tal facto, não deixando até de informar que a Santa Casa da Misericórdia tinha lançada anteriormente um concurso, não tendo havido

concorrentes. Terminou, dizendo que era realmente verdade que se tinha assumido um compromisso de pagar a parte nacional da obra, obra essa que deveria constar do Plano de Atividades e não das provisões.-----

-----Voltou a intervir o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, dizendo que achava muito bem que a Câmara Municipal assumisse o pagamento da parte da componente nacional que lhe competia, da obra da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor, porque estava ligada às questões sociais, mas também esta Instituição estava ligada a um dos setores mais ricos do País, sendo por isso uma matéria em que se deveria ter algum cuidado e ser tratada com alguma sensibilidade, apesar de não estar em causa o apoio às políticas sociais, não deixando no entanto de se preocupar se a Autarquia tinha capacidade para a suportar, situação que pensava que deveria ser mais discutida e analisada.-----

-----Voltou a responder o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Luís Pereira Hilário, dizendo que obviamente estas questões sociais, merecem cada vez mais pela sua importância, nos nossos territórios, uma melhor análise e melhor regulamentação, mas isso nada tinha a ver com aquilo que se estava a falar, sendo que no apoio às infraestruturas, o Município sempre apoiou, apoia e continuará a apoiar todas as Entidades ou Instituições do Concelho de Ponte de Sor e, aquilo que estava em causa agora, era que o Lar Nossa Senhora do Amparo de Ponte de Sor, da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor, estava em incumprimento com a legislação, atendendo a que uma parte desse mesmo Lar estava muito degradada, e que necessitava de ser apoiado, apesar de ser uma decisão que podia ser discutida por todos e por qualquer um, mas que obviamente estava devidamente coberta e assegurada pelo Município, não percebendo até em que é que isso poderia prejudicar o referido Município, até porque ainda há pouco tempo se tinha apoiado a Santa Casa da Misericórdia de Montargil, como se tinha construído um Lar em Ponte de Sor, os Centros Comunitários do Concelho, o Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor, sendo estas situações de igual substância e que não saíam do mesmo âmbito social.-----

-----Depois o Senhor Joaquim Augusto Guiomar Lizardo, ainda interveio para perguntar se já existia alguma resolução para o edifício da antiga Casa do Povo de Ponte de Sor, pois pensava que sobre o qual teria que haver alguma coisa a resolver, visto que apesar do mesmo até ter ganho um prémio de arquitetura por parte do Arquiteto, Senhor

Frederico George, o mesmo estava muito degradado, perguntando até se a Câmara Municipal já estava a pensar qual o destino a dar para aquele edifício.-----

-----Voltou a responder o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Luís Pereira Hilário, dizendo que a Câmara Municipal já tinha adquirido o referido edifício da antiga Casa do Povo de Ponte de Sor, por cerca de cento e setenta e seis mil euros, não se sabendo ainda qual seria o seu destino futuro, havendo talvez já algumas previsões sugestões, mas nada de concreto. Gostaria ainda de informar que a obra de reabilitação do mesmo edifício, iria ser financiada, visto que numa altura em que as Autarquias eram obrigadas a apresentar uma relação de projetos a financiar, a Câmara Municipal de Ponte de Sor, tinha incluído tal edifício, mesmo sem ser ainda propriedade da Autarquia.-----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

-----A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO.-----

-----PONTO SETE – APRECIACÃO / APROVAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE MONTARGIL, PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS RELACIONADAS COM AS FESTAS DE MONTARGIL, NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE (2017);---A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE MONTARGIL, PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS RELACIONADAS COM AS FESTAS DE MONTARGIL, NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE (2017).-----

-----Os originais dos documentos relativos à proposta, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Montargil, António Correia Constantino, referindo que este pedido de apoio, servia para fazer face às despesas com as Festas de Verão de Montargil, atendendo a que se tinha este ano pensado fazer um evento com mais dignidade e com aquilo que Montargil merecia e poderia oferecer aos seus residentes e aos visitantes que acorriam à localidade nestes meses de Verão, razão pela qual também não deixava de agradecer ao Executivo este apoio e aos membros da

Assembleia Municipal por poderem aprovar tal apoio.-----

-----Não houve mais qualquer intervenção.-----

-----A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE MONTARGIL, PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS RELACIONADAS COM AS FESTAS DE MONTARGIL, NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE (2017).-----

-----PONTO OITO – APRECIACÃO / APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA SEGUNDA (2.ª) REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E SEGUNDA (2.ª) REVISÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE SOR, PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE (2017).-----

-----Os originais dos documentos relativos à proposta, ficarão arquivados em caixa própria, devido à sua extensão e difícil transcrição para esta ata, no respetivo maço de documentos, devidamente numerados e rubricados.-----

-----Não houve qualquer intervenção.-----

-----A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM (13) VOTOS A FAVOR, CINCO (5) VOTOS CONTRA E UM (1) VOTO DE ABSTENÇÃO, APROVAR A MENCIONADA PROPOSTA, SENDO QUE OS TREZE (13) VOTOS A FAVOR PERTENCERAM AOS ELEMENTOS DO PARTIDO SOCIALISTA, ENQUANTO QUE OS CINCO (5) VOTOS CONTRA PERTENCERAM A TRÊS (3) ELEMENTOS DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (MARIA FERNANDA SERINÉU BACALHAU, JOÃO MARIA ROSA ISIDORO E NUNO MIGUEL LOPES PINHEIRO), A UM ELEMENTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (JOAQUIM AUGUSTO GUIOMAR LIZARDO) E A UM (1) ELEMENTO DO BLOCO DE ESQUERDA (BE) (ANTÓNIO MARIA RAMOS RICARDO), TENDO O VOTO DE ABSTENÇÃO, PERTENCIDO A UM ELEMENTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (JOSÉ ANTÓNIO PIRES DE MATOS).-----

-----Não havendo mais intervenções no PERÍODO DA ORDEM DO DIA, entrou-se no PERÍODO DE AUDIÇÃO DO PÚBLICO, onde o Senhor Presidente da Assembleia

Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, concedeu um período de cerca de sessenta minutos para se colocarem questões e pedidos de esclarecimentos, no qual não houve qualquer intervenção.-----

-----Posteriormente, é de referir que a Assembleia Municipal de Ponte de Sor deliberou, por unanimidade, aprovar o texto das referidas deliberações em minuta, no sentido das mesmas adquirirem a consequente eficácia e começarem a produzir efeitos imediatos, de acordo com os números três (3) e quatro (4), do artigo quinquagésimo sétimo (57.º), da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze (75/2013), de doze (12) de setembro, do mesmo modo que a respetiva ata foi aprovada, por unanimidade, no seu texto final, tendo em atenção que foi a última sessão realizada por este Órgão, que é a Assembleia Municipal de Ponte de Sor, deste mandato.-----

-----Então, e não havendo mais nada a tratar, e sendo vinte e três horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, João José de Carvalho Taveira Pinto, voltou a desejar as maiores felicidades pessoais e profissionais a todos os membros da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal, e deu por encerrados os trabalhos, do que para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.-----

João José de Carvalho Taveira Pinto

Joaquim Morujo Henriques

Maria do Carmo da Silva Fortes Soares



Município de Ponte de Sor Campo da Restauração
7400-223 Ponte de Sor
T +351 242 291 580 | F +351 242 291 589
Contribuinte N.º 506 806 456
geral@cm-pontedesor.pt

